

MARINA SILVA

Iniciativa contra o mal-estar

Leio, com preocupação, as notícias sobre o tratamento que o novo governo federal vai dar às questões sociais. Há sinais positivos, como os estudos sobre a proposta da garantia de renda mínima, até aqui defendida solitariamente pelo senador Eduardo Suplicy, ou as intenções de continuidade do programa de segurança alimentar. Mas o que predomina e ganha maior destaque é a fúria liberal de extinguir, privatizar, reduzir, retirar do Estado qualquer compromisso com o chamado "bem-estar social".

Temos de reconhecer: há razões de sobra para mudanças drásticas e profundas nessa área. O deserdício, a corrupção e a fraude dominaram as estruturas. Os programas públicos transformaram-se em assistencialismo eleitoral. A Previdência, as fundações, os planos de saúde, a gestão dos organismos oficiais, tudo nessa área se transformou em problema. O "bem-estar social" instalou um grande mal-estar na sociedade brasileira.

Mas vamos devagar e com cuidado. Nada disso é justificativa para um certo cinismo que anda fazendo escola, torcendo o nariz para qualquer tipo de solidariedade, classificando de retrógrada e identificando com a "esquerda" e o "estatismo" qualquer proposta de política pública de assistência social.

É preciso avisar aos navegantes: não será possível, ao Estado bri-



Não será possível, ao Estado brasileiro, fugir da questão social

leiro, fugir da questão social. Não dará resultado tratar a violência das grandes cidades como questão restrita à polícia ou mesmo ampliada para a entrada do Exército. Não se pode ver a agricultura apenas como um componente das finanças e do comércio exterior, esquecendo que seu objetivo básico é a alimentação. Não será possível deixar ao "mercado" questões como o crescimento demográfico, a migração, a fal-

ta de moradia, a fome. Essas questões não podem ser indefinidamente adiadas e é necessário dar-lhes uma direção política. Porque no final das contas, quando a crise chega, embora bata primeiro à porta dos mais pobres, acaba chegando a todas as casas.

Esse alerta, no entanto, não vale apenas para os governantes e planejadores. Na verdade, a situação em que nos encontramos exige uma mudança de atitude de toda a sociedade. Acostumamo-nos, por um período longo demais, talvez desde o tempo colonial, a concentrar no Estado a realização de todas as nossas esperanças. Esforçamo-nos para criar detalhadas leis, como se elas garantissem os direitos da cidadania. Na verdade, é o exercício cotidiano da cidadania que garante a existência real das leis e cria condições para que elas não fiquem apenas no papel. Para isso é necessário que toda a sociedade assuma responsabilidades.

Nos últimos anos chegou-se a esboçar essa mudança de atitude. As organizações civis passaram

do discurso de protesto e reivindicação para as iniciativas práticas. Dou o exemplo das organizações não-governamentais do Acre, que conheço bem. Se tivéssemos esperado que o Estado cumprisse seu dever constitucional de garantir educação para todos, teríamos um número ainda maior de analfabetos. As ONGs organizaram escolas comunitárias, formaram professores e elaboraram material didático. Para isso negociaram recursos com entidades filantrópicas, agências internacionais de cooperação, igrejas, centrais sindicais e entidades ambientalistas. Hoje temos quase uma centena dessas escolas em diversas áreas da floresta. Temos também postos de saúde, cooperativas e associações que buscam um desenvolvimento social e econômico autônomo e diversificado. É pouco, para a extensão do País e a gravidade dos problemas. Mas é uma semente, pode crescer.

E aqui tenho novamente esperanças e preocupações. Esperanças com a intenção manifestada pelos governantes eleitos de trabalhar em parceria com as ONGs. Preocupação com a tentativa, que já se torna visível, de fazer entre elas uma triagem que, dependendo dos critérios, pode resultar em discriminação e cooptação. É preciso ouvir a sociedade e deixar que suas próprias organizações se qualifiquem para a parceria e o diálogo. Estabelecer premissas para o relacionamento pode resvalar para um caminho ideológico que reforça a exclusão, em vez de combatê-la. Afinal, não é segredo para ninguém que boa parte dessas organizações está na esfera de influência do PT e alguém precisa avisar ao governo que isso não é nenhum defeito.

Por último, é preciso ter confiança nas vantagens da liberdade. O rompimento do formalismo da nossa democracia, a ampliação do hoje estreito círculo da cidadania podem liberar uma energia criativa que o País contém e ninguém pode avaliar. Hoje temos no Brasil uma espécie de "assembleia dos cidadãos" semelhante à da antiga Grécia, de que não participavam mulheres e escravos. No nosso caso, participam até os trabalhadores sindicalizados e os partidos políticos que pretendem representá-los. Mas é interessante ver que mesmo a esquerda se refere aos excluídos, aos que estão fora do círculo da cidadania, como uma massa "desorganizada". Ninguém parece enxergar o mundo da cultura. É como se não existisse vida inteligente fora da política. Mas o povo se organiza em clubes, igrejas, centros espíritas, grupos de teatro, "galeras", torcidas, uma infinidade de formas que exigem atenção e, se não reivindicam, pelo menos aceitam de bom coração ser incluídos na parceria com o Estado e na "assembleia dos cidadãos". Foi isso que o Betinho vislumbrou, iluminado, ao propor a formação dos Comitês pela Cidadania.

Em resumo, já temos os elementos necessários para repensar a ação social tanto do Estado quanto das organizações civis. Mas é preciso juntar esses elementos na formação de novas estratégias. Antes das definições administrativas, pelo menos um esboço de novas políticas sociais deve surgir. Não existem mais vanguardas, é verdade, mas alguém tem que tomar a iniciativa.

■ *Marina Silva, professora de História, é senadora eleita (PT-AC)*